

VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica
Volume 19 | Número 2 | Julho – Dezembro 2025
ISSN 1981-5875
ISSN (online) 2316-9699

**POR UMA ARQUEOLOGIA SOCIAL URBANA EMERGENTE PARA O
MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI**

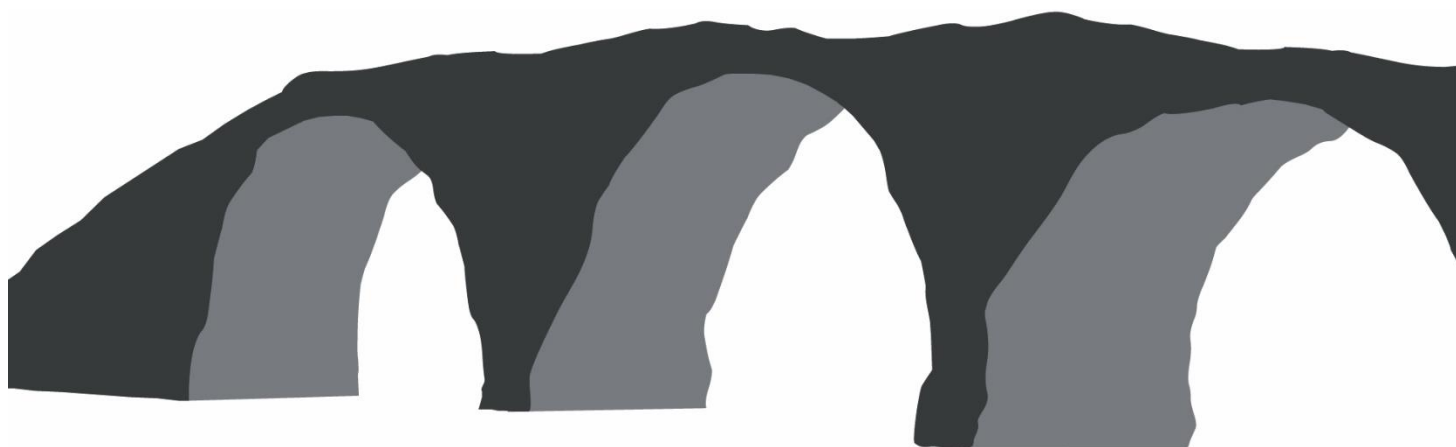
**POR UNA ARQUEOLOGÍA SOCIAL URBANA EMERGENTE PARA EL
MUNICIPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI**

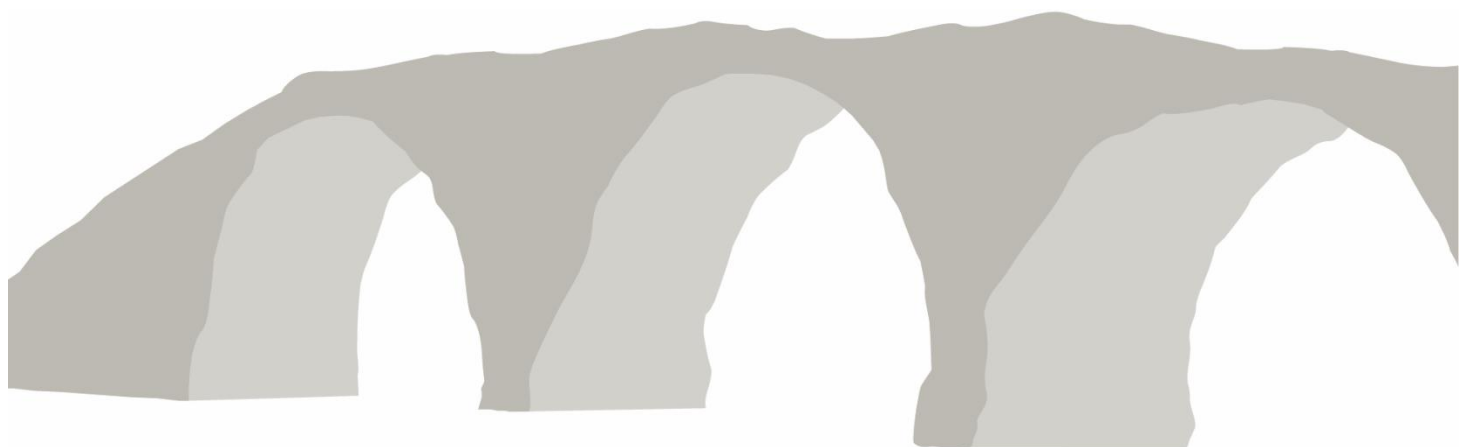
**FOR AN EMERGING URBAN SOCIAL ARCHAEOLOGY FOR THE
MUNICIPALITY OF SÃO RAIMUNDO NONATO-PI**

Marlene dos Santos Costa

Shilton Paes Ribeiro Alves

Alessandra Rocha da Silva





Submetido em 11/12/2024.

Revisado em: 02/05/2025.

Aceito em: 05/05/2025.

Publicado em 30/07/2025.

**POR UMA ARQUEOLOGIA SOCIAL URBANA EMERGENTE PARA O
MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI**

**POR UNA ARQUEOLOGÍA SOCIAL URBANA EMERGENTE PARA EL
MUNICIPIO DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI**

**FOR AN EMERGING URBAN SOCIAL ARCHAEOLOGY FOR THE
MUNICIPALITY OF SÃO RAIMUNDO NONATO-PI**

Marlene dos Santos Costa¹

Shilton Paes Ribeiro Alves²

Alessandra Rocha da Silva³

RESUMO

São Raimundo Nonato, com um pouco mais de um século de emancipação política, teve sua zona urbana originada pela instalação das fazendas de gado dos portugueses e pela chegada dos jesuítas no século XIX, o que gerou conflitos com as populações originárias que habitavam a região. A partir desses eventos, surgiram as primeiras construções coloniais, incluindo uma igreja que se tornou o núcleo do futuro centro urbano. A presença humana na região remonta às populações indígenas genericamente conhecidas como tapuias, que enfrentaram conflitos de resistência e com o decorrer do tempo foram assimilados pela colonização. Estudos históricos, arqueológicos e linguísticos associam esses povos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, além de registrarem a presença de outros povos, como os Caribbas e, em menor escala, os Tupis. Além disso, o município é reconhecido mundialmente por sua conexão com o Parque Nacional Serra da Capivara, que abriga um vasto patrimônio arqueológico, paisagístico e cultural, englobando parte da zona rural do município de São Raimundo. No entanto, esta pesquisa busca levantar alguns pontos emergentes reconhecidos pela Arqueologia Social Urbana como alternativa de salvaguardar essas memórias e o patrimônio urbano que se encontra em processo de descaracterização com os eventos da globalização.

Palavras-chave: Arqueologia social urbana, Emancipação política, Zona urbana.

¹ Doutora em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, Brasil. E-mail: archeomarlene@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5352-9926>.

² Mestre em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina, Brasil. E-mail: shilton.alvesarqueo@gmail.com.

³ Mestre em Arqueologia e Preservação Patrimonial pela Universidade Federal do Vale do São Francisco, Petrolina, Brasil. E-mail: alessandraarqueo@gmail.com.

RESUMEN

São Raimundo Nonato, con poco más de un siglo de emancipación política, tuvo su área urbana originada por la instalación de haciendas ganaderas portuguesas y la llegada de los jesuitas en el siglo XIX, lo que generó conflictos con las poblaciones originarias que habitaban la región. De estos acontecimientos surgieron las primeras edificaciones coloniales, entre ellas una iglesia que se convirtió en el núcleo del futuro centro urbano. La presencia humana en la región se remonta a las poblaciones indígenas conocidas genéricamente como Tapuias, quienes enfrentaron conflictos de resistencia y, con el tiempo, fueron asimiladas por la colonización. Estudios históricos, arqueológicos y lingüísticos asocian la pertenencia de estos pueblos al tronco lingüístico Macro-Jê, además de registrar la presencia de otros pueblos, como los caribes y, en menor medida, los tupis. Además, el municipio es reconocido mundialmente por su conexión con el Parque Nacional Serra da Capivara, que alberga un vasto patrimonio arqueológico, paisajístico y cultural, abarcando parte de la zona rural del municipio de São Raimundo. Sin embargo, esta investigación busca plantear algunos puntos emergentes reconocidos por la Arqueología Social Urbana como una alternativa para salvaguardar estas memorias y el patrimonio urbano que se encuentra en proceso de ser erosionado por los acontecimientos de la globalización.

Palabras clave: Arqueología social urbana, Emancipación política, Área urbana.

ABSTRACT

São Raimundo Nonato, with a little over a century of political emancipation, had its urban area originated by the installation of Portuguese cattle ranches and the arrival of the Jesuits in the 19th century, which generated conflicts with the native populations that inhabited the region. From these events, the first colonial buildings emerged, including a church that became the nucleus of the future urban center. The human presence in the region dates back to the indigenous populations generically known as Tapuias, who faced conflicts and resistance and, over time, were assimilated by colonization. Historical, archaeological and linguistic studies associate these peoples with the Macro-Jê linguistic trunk, in addition to recording the presence of other peoples, such as the Caribs and, to a lesser extent, the Tupis. In addition, the municipality is recognized worldwide for its connection to the Serra da Capivara National Park, which houses a vast archaeological, landscape, and cultural heritage, encompassing part of the rural area of the municipality of São Raimundo. However, this research seeks to raise some emerging points recognized by Urban Social Archaeology as an alternative to safeguarding these memories and urban heritage that is in the process of being eroded by the events of globalization.

Keywords: Urban social archaeology, Political emancipation, Urban area.

INTRODUÇÃO

São Raimundo Nonato é um município brasileiro situado no Sudeste do estado do Piauí que passou por um processo de formação urbana que remonta à instalação das fazendas de gado pelos colonizadores portugueses e à chegada dos jesuítas no século XIX. Esses movimentos de ocupação provocaram intensos conflitos com as populações indígenas locais, genericamente denominadas tapuias⁴, que resistiram por longos períodos à dominação e à exploração de seu território. Com o avanço da colonização e a imposição de estruturas político-administrativas, essas populações passaram a ser oficialmente consideradas contidas ou extintas pela sociedade colonizadora, apagando, do ponto de vista institucional, suas presenças e contribuições culturais.

A partir desse contato forçado, que acabou expulsando grande parte da população nativa, enquanto uma outra parte acabou sendo forçada a ser assimilada entre os assediadores, surgiram as primeiras estruturas coloniais, como igrejas e casas de “arquitetura de influência tradicional portuguesa” e espanhola, que se tornaram o embrião do centro urbano atual. A análise desses processos revela como a ocupação colonial impactou as dinâmicas socioculturais e a organização espacial, evidenciando a resistência indígena frente à pressão colonial (Monteiro, 1994; Oliveira, 2010). Contudo, essa resistência precisou ser ressignificada conforme os contextos de paisagem em que se desenvolvia. Ou seja, a resistência foi ressignificada porque deixou de ser apenas confronto aberto e passou a incorporar táticas de sobrevivência, adaptação e continuidade cultural — formas de luta mais silenciosas, como por exemplo: a apropriação estratégica: usando elementos da cultura do colonizador; a mobilidade territorial: deslocar-se para áreas de difícil acesso ou de menor interesse econômico para escapar do controle colonial; a formação de comunidades mistas ou escondidas: como quilombos e aldeias interétnicas, onde se preservavam práticas tradicionais sob outras formas.

A presença indígena no território de São Raimundo Nonato remonta a uma ocupação humana milenar, amplamente documentada pelos registros arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara. Escavações na região revelaram vestígios com dezenas de milhares de anos, incluindo ferramentas líticas, estruturas de fogueiras e pinturas rupestres que, segundo algumas datações, podem chegar a até 50 mil anos (Parenti, 2001; Guidon & Delibrias, 1986). Essas representações gráficas expressam modos de vida, cosmologias e práticas sociais de grupos ancestrais profundamente enraizados no território. Há também evidências de continuidade ocupacional ao longo de milênios, o que aponta para uma relação duradoura com os ecossistemas locais. Embora os grupos retratados nas pinturas não correspondam diretamente aos povos indígenas encontrados pelos colonizadores séculos depois, há conexões significativas entre essa presença antiga e os povos históricos da região, como os genericamente denominados tapuias.

Isso significa reconhecer que os povos originários ocuparam e interagiram com esse território há milhares de anos, muito antes da chegada dos europeus, construindo vínculos profundos com a paisagem, os recursos naturais e a espiritualidade do lugar. Estudos históricos, arqueológicos e linguísticos associam esses povos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, além de registrarem a presença de outros povos, como os Caraíbas e, em menor escala, os Tupis. No entanto, essa não é uma regra absoluta, especialmente ao considerar a diversidade étnica e cultural do Brasil. Os povos originários desempenharam um papel central em episódios de resistência que ajudaram a moldar a história local de cada contexto (Neves, 2013).

⁴ Os tapuias não representavam uma única etnia indígena, mas um conjunto formado por diferentes grupos étnicos que não falavam a língua tupi-guarani.

Apesar dos intensos processos de colonização e da assimilação forçada enfrentada pelas populações indígenas que tradicionalmente ocuparam a região de São Raimundo Nonato, muitos elementos de sua presença resistem e se manifestam de maneira significativa no cotidiano local. Esse legado pode ser observado em diversas expressões culturais, como os saberes tradicionais sobre o uso de plantas medicinais e o manejo da caatinga, que refletem práticas sustentáveis herdadas de gerações ancestrais. Também se destaca a presença de narrativas orais, mitos e lendas com raízes em cosmologias indígenas, ainda vivos na memória popular e na oralidade de comunidades rurais. A culinária regional, com alimentos como o beiju, a tapioca e os mingaus de milho, carrega modos de preparo e sentidos sociais que evocam a ancestralidade indígena. Valorizar esse conjunto de práticas e saberes, ainda que muitas vezes invisibilizados pelos discursos oficiais de patrimônio, é essencial para reconhecer a contribuição indígena na construção cultural e simbólica da região, bem como para promover uma abordagem mais ampla e inclusiva da memória e do patrimônio cultural.

O município ganhou relevância internacional por sua proximidade com o Parque Nacional Serra da Capivara, um dos sítios arqueológicos mais importantes do Brasil e Patrimônio Mundial da UNESCO. O Parque abriga um vasto acervo de pinturas rupestres, artefatos e paisagens que atestam a ocupação humana na região por milhares de anos (Guidon, *et al.* 2009). No entanto, ao mesmo tempo que o patrimônio arqueológico e natural da Serra da Capivara é mundialmente reconhecido, o patrimônio urbano e histórico de São Raimundo Nonato enfrenta um processo de descaracterização, causado por intervenções urbanísticas descontroladas e pela falta de políticas de preservação.

Nesse contexto, a Arqueologia Social Urbana surge como uma abordagem relevante e emergente para a preservação da memória e do patrimônio urbano de São Raimundo Nonato. Essa vertente da arqueologia enfoca o estudo das relações entre as populações urbanas e seus contextos materiais, promovendo a valorização do patrimônio cultural em áreas urbanas (Funari, 2003). A preservação das construções históricas, bem como a memória das interações entre indígenas e colonizadores, é fundamental para garantir que esses aspectos da história local não sejam perdidos ou descaracterizados. O patrimônio urbano de São Raimundo Nonato deve ser tratado como parte integrante de sua identidade cultural e histórica, em diálogo com a preservação de seus sítios arqueológicos.

A ARQUEOLOGIA SOCIAL URBANA: OS PRIMÓRDIOS DA MODERNIZAÇÃO DAS CIDADES

Os primórdios da Arqueologia Social na América Latina remontam à década de 1970, período em que essa vertente passou a se articular com perspectivas marxistas, propondo uma crítica profunda às abordagens tradicionais da disciplina. Essa orientação exigia não apenas uma mudança metodológica, mas também uma revisão drástica das concepções clássicas sobre a natureza do conhecimento arqueológico, como observa Geuss (1981, p. 1), ao afirmar que uma explicação filosófica adequada das características centrais desse campo requer repensar as bases epistêmicas sobre as quais ele se sustenta dialogando com os princípios da Arqueologia Contextual, desenvolvida por Colin Renfrew (1978).

Essa abordagem propunha uma análise integrada dos vestígios arqueológicos, considerando as dimensões sociais, econômicas e políticas das sociedades do passado, e valorizando o contexto histórico e cultural dos achados. Como destaca Benevides (2001), a Arqueologia Social delineia um caminho mais político e socialmente comprometido, ao direcionar suas perguntas não apenas aos objetos em si, mas às estruturas e relações que moldaram os modos de vida de diferentes grupos humanos.

Na década de 1980, nos Estados Unidos e na Inglaterra, autores como Leone (1988) e Hodder (1982, 1984, 1985) promoveram uma Arqueologia Crítica que buscava conectar o estudo do passado com a realidade contemporânea. Essa proposta se alinhou com o que estava sendo desenvolvido em termos de engajamento social e, assim, a Arqueologia Social começou a se aproximar da micro-história e da história social. Essa interação permitiu uma análise mais detalhada e contextualizada dos vestígios arqueológicos, enfatizando a importância das experiências individuais e coletivas na construção do conhecimento histórico.

Segundo Arenas e Sanoja (1999), o principal objetivo da Arqueologia Social é compreender criticamente o processo histórico a partir de uma perspectiva dialética. Essa abordagem visa promover uma reflexão sobre a constituição do passado com base no presente, considerando também o presente como uma fonte para a manipulação do passado.

Apesar de não terem causado impacto imediato, as proposições de arqueólogos latino-americanos suscitaram importantes reflexões acerca da necessidade de reavaliar os discursos científicos da disciplina. Essas contribuições evidenciaram que a arqueologia, longe de ser neutra, também é atravessada por dimensões políticas. Essa consciência crítica é especialmente relevante diante das recorrentes críticas dirigidas à Arqueologia Social, sobretudo no que diz respeito aos seus procedimentos metodológicos em campo, como aponta Benevides (2001)

Para Bate (1982, 1992) e Lumbreras (1981), a Arqueologia Social constitui um paradigma ainda em construção, que busca continuamente aprimorar e definir suas bases metodológicas a fim de sustentar um corpo teórico consistente. No entanto, destacam-se especialmente os esforços dessa vertente em privilegiar, de forma recorrente, a reflexão crítica sobre o porquê se faz arqueologia — ou seja, sua função social e política — mais do que apenas os aspectos técnicos e operacionais de como fazê-la (Benevides, 2001)

Essa abordagem emergiu em resposta a movimentos sociais e à necessidade de reconhecer e valorizar a diversidade cultural, enfatizando a importância da arqueologia como um meio de empoderamento das comunidades marginalizadas (Bourdieu, 1990). Além disso, a Arqueologia Social busca não apenas investigar o passado, mas também utilizar esse conhecimento para apoiar a luta por direitos e justiça social no presente (Trigger, 2006; González, 2010).

No Brasil, especialmente nos últimos anos, esses discursos, principalmente sobre gestão e preservação do patrimônio cultural, têm sido incorporados na Arqueologia pública (Funari & Bezerra, 2013), com foco em ações voltadas para a gestão dos bens culturais em relação ao público, em vez de apenas para o público. Essa abordagem se torna possível em função do crescente domínio teórico-metodológico centrado na Teoria Crítica.

Nesse contexto, integramos à discussão da Arqueologia Social Urbana, que traz as reflexões anteriores para o coração dos centros urbanos, não apenas como espaços ou patrimônios em deterioração, mas como parte integrante da modernização das cidades. Essa abordagem busca estabelecer um diálogo entre a destruição provocada pelo desenvolvimento urbano e a preservação do patrimônio cultural. Ao investigar os vestígios do passado em meio aos processos de urbanização, a Arqueologia Social Urbana oferece a oportunidade de compreender e valorizar narrativas históricas e culturais frequentemente ignoradas ou descartadas em nome do progresso.

Portanto, ao refletir sobre a proposta de uma Arqueologia Social Urbana para centros urbanos, especialmente aqueles que têm pouco mais de um século de administração política "democrática", mas que são

originários da intervenção colonial com as populações originárias, podemos destacar pelo menos quatro pontos fundamentais para abordar a relação entre destruição e preservação:

a) Integração de Estudos Arqueológicos com Planejamento Urbano: Incorporar a Arqueologia Social Urbana nas políticas de planejamento urbano, garantindo que projetos de modernização considerem a necessidade de investigar e preservar os vestígios arqueológicos e históricos. Isso pode ser feito através de avaliações de impacto que incluam o patrimônio cultural como um fator a ser considerado; b) Participação Comunitária: Envolver a comunidade local no processo de pesquisa e preservação. As comunidades muitas vezes possuem conhecimentos valiosos sobre suas histórias e podem contribuir para a identificação de áreas de interesse arqueológico; c) Documentação e Registro: Desenvolver iniciativas de documentação dos espaços urbanos que estão em risco de destruição, assegurando que haja um registro detalhado do patrimônio cultural que possa ser utilizado para futuras referências e estudos; d) Reuso Adaptativo: Promover o reuso adaptativo de edifícios e espaços históricos, que permite a modernização enquanto preserva a integridade do patrimônio cultural. Isso pode envolver a adaptação de estruturas históricas para novas funções, mantendo sua identidade cultural, que é o caso dos tombamentos arquitetônicos.

Essas ações permitem que a Arqueologia Social Urbana não apenas busque proteger o que resta do passado, mas também que contribua para uma compreensão mais ampla da identidade cultural das cidades em constante transformação. O diferencial está no diálogo estabelecido com as comunidades, ao invés de uma abordagem impositiva, promovendo uma Arqueologia Urbana participativa e integrada.

O CASO DE SÃO RAIMUNDO NONATO-PI

O centro urbano do município de São Raimundo Nonato, no Piauí, teve origem em uma pequena vila formada a partir da Fazenda Jenipapo, pertencente a Domingos Afonso Mafrense, considerado um dos maiores desbravadores do estado do Piauí. Vindo do Vale do São Francisco, na Bahia, no ano de 1674, em busca de terras férteis para a criação de gado, ele atraiu colonos e aventureiros, o que resultou em constantes conflitos com os povos denominados de Tapuias habitantes originários da região. Vestígios arqueológicos encontrados em todo o vale do rio Piauí indicam a presença de aldeamentos indígenas nessa área de épocas bem anteriores à chegada dos colonizadores.

Mafrense se estabeleceu às margens do rio Piauí, onde fundou a Fazenda Conceição, localizada na região que hoje integra o município de Bonfim do Piauí. Contudo, à época, essa área fazia parte da comarca de São Raimundo Nonato. A partir desse ponto, orientou seus seguidores a desbravarem a mata ao longo do curso do rio, chegando ao local onde foi fundada a Fazenda Jenipapo, atual cidade de São Raimundo Nonato. Durante a exploração da região, se enfrentaram em conflitos com as populações nativas, nos quais muitas foram expulsas e acabaram migrando para outras regiões, ao passo que outras serviram de mão de obra para as fazendas da época.

Após a morte de Domingos Afonso Mafrense, em 1711, a fazenda (ou fazendas) foram doadas aos jesuítas, que construíram ali o Sobrado da Conceição, cujas ruínas ainda existem (APL, 2023). Com o tempo, a Fazenda Jenipapo foi se estruturando como uma vila, em 1876. A igreja matriz foi construída em uma área pertencente à antiga fazenda e permanece em funcionamento até os dias atuais. Com o passar das décadas, entretanto, o contexto original da fazenda foi se transformando, dando lugar ao surgimento de uma vila que, mais tarde, alcançou o status de cidade.

No século XIX, mais precisamente em 1889, com o fim do Império devido ao golpe militar que resultou na Proclamação da República no Brasil, o sistema administrativo do país passou de uma monarquia centralizada para uma federação composta por Estados autônomos, processo no qual o Piauí foi oficialmente elevado à categoria de Estado da nação brasileira.

Até então, havia sido uma capitania subordinada à Bahia, o que facilitou a chegada de colonizadores como Domingos Afonso Mafrense, além de baianos e paulistas que exploraram o sertão por quase três séculos, usurpando as terras dos nativos. A partir de 1718, o território integrou a capitania do Maranhão por mais quase cem anos.

Em 10 de outubro de 1811, o príncipe regente Dom João decretou, por meio de uma carta régia, o desmembramento da capitania do Piauí do comando do Maranhão. Essa decisão foi motivada pela grande distância entre as capitais, que dificultava a administração eficiente do extenso território piauiense. A capital do Piauí, localizada em Oeiras, se encontrava em uma posição estratégica para a administração local, mas distante da capital maranhense, o que tornava complexa a gestão das demandas regionais (Villalta, 2009; Lima, 2020).

No início do século XIX, Dom João Amorim Pereira, governador da Capitania do Piauí, encarregou José Dias Soares, conhecido como comandante Zé Dias, de conquistar a região que hoje corresponde ao município de São Raimundo Nonato. A missão de Zé Dias consistia em pacificar e dividir as terras da região, onde havia constantes conflitos entre colonos, indígenas e aventureiros. A expedição, liderada por Zé Dias, enfrentou inúmeros desafios, como a construção de caminhos e embates com populações indígenas locais.

A historiografia piauiense revela que apenas uma pequena parte das populações indígenas se submeteu à catequese promovida pelos jesuítas. A maioria, no entanto, resistiu ativamente à dominação colonial, adotando estratégias de sobrevivência e autonomia, como a migração para as margens do rio Tocantins em busca de refúgio em territórios menos acessíveis, enquanto outros acabaram sendo assimilados aos contextos sociais e econômicos das fazendas coloniais, como relatado por Chaves (1998), Nunes (2007) e Oliveira (2007). Essas referências são consideradas oficiais até então.

Outros discursos, como aqueles presentes na memória coletiva dos anciãos e anciãs das comunidades locais, podem oferecer releituras significativas dos acontecimentos históricos. No entanto, essas reinterpretações só se tornam possíveis quando há mecanismos sociais e institucionais que incentivam sua emergência e valorização. Como observa Pollak (1989), lembrar e esquecer são processos seletivos e intencionais, muitas vezes orientados por disputas de poder e legitimidade. Complementarmente, Halbwachs (1968) ressalta que a relação com a memória social varia de sociedade para sociedade, sendo moldada por contextos culturais, políticos e históricos específicos.

Após cerca de oito anos de conflitos e esforços de consolidação realizados pelos numerosos colonos e pelo uso de armamentos, Zé Dias se tornou um dos maiores fuziladores de indígenas no Piauí, e em seguida recompensou sua tropa dividindo as terras conquistadas. Esse processo estabeleceu uma base para o povoamento da região e para a instalação de diversas fazendas, impulsionando a expansão da lavoura e da criação de gado no território.

Por volta de 1832, São Raimundo Nonato foi elevado a distrito eclesiástico por decreto da regência do Império, inicialmente situado em um local denominado Confusões. Em 1836, o distrito foi transferido para a área da Fazenda Jenipapo, onde já se desenvolvia um núcleo voltado para a agricultura e a pecuária. Em 1850, a região foi elevada à categoria de Vila pela Resolução Provincial nº 257 de 9 de agosto, após ser desmembrada

dos municípios de Jaicós e Jerumenha. Essa mudança administrativa foi um reflexo do crescimento e da estruturação da localidade, que já se destacava como um importante centro agrícola e pecuário na região. Por volta de 1912, após o desmembramento de vários municípios, a localidade obteve o título de cidade, consolidando seu desenvolvimento e sua importância regional.

De acordo com a divisão administrativa de 1911, o município seria constituído por três distritos: São Raimundo Nonato, Caracol (antiga Fazenda Formiga na época) e João Alves. Essa nova configuração foi oficializada pela Lei Estadual nº 669 de 26 de junho de 1912, que nomeou o município como São Raimundo Nonato.

De tal modo, na região central da cidade, nas proximidades da Igreja Matriz, entre a Avenida Professor João Menezes e a Praça Júlio Paixão, conhecida localmente como Praça do Relógio e anteriormente chamada de Rodinha do Bitoso (ver Figura 1), praticamente a primeira praça construída na cidade, é possível encontrar diversos casarões em estilo colonial datados do século XIX e início do século XX.



Figura 1. Rodinha do Bitoso (1940). Fonte: www.saoraimundo.com.

Alguns desses edifícios apresentam avançado grau de desgaste, e apenas uma pequena parcela foi preservada com suas características arquitetônicas originais. Em paralelo, observa-se a presença de terrenos vazios que passaram a ser incorporados às dinâmicas da especulação imobiliária recente. Esse processo tem favorecido a implantação de arquiteturas modernas, muitas vezes desvinculadas das referências estéticas e identitárias locais, contribuindo para a descaracterização do tecido urbano tradicional.

Esse cenário se insere em um debate mais amplo sobre gentrificação, em que áreas historicamente ocupadas por populações locais passam a ser reformuladas para atender a interesses econômicos e turísticos, elevando os custos de vida e promovendo a substituição de antigos moradores por grupos com maior poder

aquisitivo. Como analisa Arantes *et al.* (2000), esse processo, muitas vezes travestido de “requalificação urbana”, tende a ignorar as dinâmicas sociais e simbólicas dos territórios, resultando na perda de vínculos culturais e na mercantilização do espaço.

Estudos como os de Archangelo e Silva (2023) sobre o bairro do Pelourinho, em Salvador, e de Frúgoli Jr. (2011), a respeito das transformações no centro de São Paulo, evidenciam como projetos de revitalização patrimonial podem servir como vetores de gentrificação quando não articulados com políticas de permanência, participação comunitária e valorização das práticas sociais locais. Em contextos semelhantes, a ausência de políticas públicas eficazes de preservação integradas à vida cotidiana contribui para a descaracterização não apenas do patrimônio edificado, mas também das memórias, sociabilidade e territorialidades ali enraizadas.

Apesar da relevância histórica do processo de constituição do município, a comarca ainda carece de instrumentos normativos municipais específicos voltados à proteção do patrimônio cultural local. Embora a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, e o Decreto-Lei nº 25/1937 ofereçam respaldo jurídico à preservação do patrimônio cultural brasileiro, é imprescindível que o poder público municipal atue de forma complementar, por meio da elaboração e implementação de legislação própria que regulamente a identificação, tombamento, uso e preservação desses bens. Além da proteção legal, torna-se igualmente necessário promover ações que estimulem movimentos em defesa da memória coletiva, a valorização e o engajamento das comunidades locais, fortalecendo o vínculo identitário e o sentimento de pertencimento em relação a esses patrimônios.

Diante das crescentes pressões da especulação imobiliária e das constantes transformações urbanas, torna-se fundamental a inclusão de Centros de Arqueologia Social Urbana ou de arqueólogos consultores nos processos de gestão municipal. Esses profissionais e instituições podem atuar preventivamente, orientando e acompanhando intervenções arquitetônicas ou urbanísticas em áreas sensíveis do ponto de vista patrimonial. Tal medida está em consonância com o artigo 216 da Constituição Federal e com os princípios do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que preveem a preservação do patrimônio cultural e a gestão participativa do território urbano. A presença de especialistas contribuiria não apenas para a proteção técnica dos bens culturais, mas também para o fortalecimento da memória coletiva e da identidade local frente às dinâmicas de reconfiguração urbana. Isso não acontece apesar de o governo do Estado do Piauí, por meio do Projeto de Lei Nº 79/2012, ter apresentado, aprovado e reconhecido na Assembleia Legislativa do Piauí, o município de São Raimundo Nonato como a "Capital da Arqueologia".

São Raimundo Nonato está situado entre dois Parques Nacionais: o Parque Nacional Serra da Capivara e o Parque Nacional da Serra das Confusões. O Parque Nacional Serra da Capivara foi criado pelo governo federal em 1979, em razão da quantidade e diversidade dos achados arqueológicos que estavam sendo pesquisados desde o início dos anos 1970 pela missão franco-brasileira. Em 1991, foi declarado Patrimônio Mundial pela UNESCO devido ao seu valor histórico, arqueológico, cultural e paisagístico. Em 1993 o Parque passou a constar no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do IPHAN. Atualmente, o território cobre parte dos municípios de São Raimundo Nonato, João Costa, Brejo do Piauí e Coronel José Dias, com uma área aproximada a 130.000 hectares.

Os achados arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara são tão antigos que remontam a um período superior a 30.000 anos AP, de acordo com datações por radiocarbono no Sítio Arqueológico Boqueirão da Pedra Furada. No entanto, outras datações, tanto mais antigas quanto mais recentes, também foram evidenciadas em diferentes sítios arqueológicos.

Vale destacar que muitos desses dados são divulgados como pertencentes à pré-história, o que pouco se relaciona com os conjuntos arquitetônicos do centro urbano do século XIX e com as vivências contemporâneas. Provavelmente por essa razão há uma ausência de memória afetiva direta entre os moradores locais, especialmente entre aqueles de menor poder aquisitivo. Para muitos, o título de "Capital da Arqueologia" é percebido apenas como um instrumento para captação de recursos ou como uma extensão dos "vestígios da colonização". Ou seja, indica tanto a forma como o passado é narrado e explorado quanto as consequências atuais dessa narrativa para a vivência e o pertencimento das pessoas ao seu território.

Portanto, ao receber o título de Capital da Arqueologia, a região — especialmente os governos municipais e as comunidades — precisam reconhecer que a arqueologia abrange todas as temporalidades e deve ser aplicada como uma ciência política em benefício das comunidades locais.

Isso vai auxiliar: no Fortalecimento da Identidade Regional: Esse reconhecimento ajuda a construir uma narrativa em torno da identidade regional, que é essencial para o fortalecimento da coesão social e da cultura local. Uma identidade cultural forte pode ajudar as comunidades a se defenderem contra a homogeneização e a perda de tradições; na Integração Comunitária: O reconhecimento pode incentivar a participação ativa da comunidade na conservação e valorização de seu patrimônio cultural. Isso pode ser feito através de projetos colaborativos que envolvam a população local, permitindo que ela desempenhe um papel ativo na gestão e proteção de seus recursos culturais; na Valorização Cultural: Esse reconhecimento destaca a relevância dos bens arqueológicos e culturais da região, promovendo a valorização da identidade local e do patrimônio histórico. Isso pode fortalecer o senso de pertencimento da comunidade e seu vínculo com a história; na Preservação do Patrimônio: O status de Capital da Arqueologia pode incentivar políticas públicas e iniciativas voltadas para a proteção e preservação dos sítios arqueológicos e do patrimônio cultural. Isso inclui a criação de legislações que regulamentem a exploração e o uso desses bens; no Fomento ao Turismo: A designação pode atrair turistas interessados em arqueologia e cultura, impulsionando a economia local por meio do turismo. Com mais visitantes, há a oportunidade de gerar emprego e renda para a população local; no Apoio à Pesquisa e Educação: Esse reconhecimento pode facilitar a realização de pesquisas acadêmicas e científicas na região, atraindo instituições de ensino e pesquisa que queiram estudar os achados arqueológicos. Além disso, pode promover programas educativos que envolvam a comunidade e os visitantes, aumentando a sensibilização sobre a importância da preservação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As temáticas aqui discutidas não implicam negligência ou desconsideração das diversas ações já desenvolvidas no município no campo da Arqueologia e do Patrimônio Cultural. Ao contrário, reconhece-se a relevância de iniciativas conduzidas por universidades, instituições de ensino, fundações — em especial a Fundação Museu do Homem Americano, atuante desde a década de 1980 na cidade, tendo como referência o Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno — e pelo escritório técnico do IPHAN, instalado em 2003. Tais esforços resultaram na elaboração de materiais educativos como livros, cartilhas e outros materiais de divulgação, amplamente disponibilizados para as escolas e a comunidade, com o objetivo de promover a difusão, valorização e preservação da história e da materialidade cultural local. Entre essas iniciativas, destacam-se publicações desenvolvidas entre 2007 e 2008, como *São Raimundo Nonato: Memória e Patrimônio Serra da Capivara*, que aborda o patrimônio edificado da zona urbana; o *Levantamento da Cultura Imaterial de São Raimundo Nonato, PI e Macrorregião*, resultado de um projeto que integrou os saberes tradicionais das comunidades locais;

e *Conhecendo Nosso Patrimônio*, que reúne textos e atividades de caráter arqueológico e patrimonial voltados para o público juvenil, buscando inserir o tema do patrimônio cultural no ambiente escolar, conforme ilustrado na figura 2.



Figura 2

O que estamos enfatizando é a necessidade e a emergência dessas ações serem incorporadas como políticas públicas municipais descentralizadoras saindo apenas da Arqueologia como pesquisa da pré-história, tornando-

se uma Arqueologia Social Urbana, comprometida e atuante nos centros urbanos, onde sua necessidade tem se expandido significativamente com a ampliação dos núcleos urbanos, como tem acontecido com a cidade de São Raimundo Nonato, onde a expansão imobiliária tem ganhado forças nos últimos tempos.

Ao longo dos anos, muitos desses conjuntos arquitetônicos foram negligenciados. Obras públicas, por exemplo, eram frequentemente reformuladas a cada troca de governo, em uma lógica de progresso e civilização alinhada à prática da “bota-abaixo” (Abreu, 2007). Isso resultava na destruição de estruturas para atender às preferências do executivo vigente, apagando as marcas deixadas por seus antecessores. A Figura 1 apresentada acima, juntamente com as figuras 3, 4 e 5 ilustram, de forma comparativa, as transformações espaciais e estéticas ocorridas ao longo do tempo na primeira praça central do município, conhecida popularmente como Praça do Relógio. Por meio dessas imagens, é possível observar mudanças na organização do espaço, no mobiliário urbano e na vegetação, refletindo diferentes momentos históricos, políticas de intervenção urbana e usos sociais atribuídos ao local.

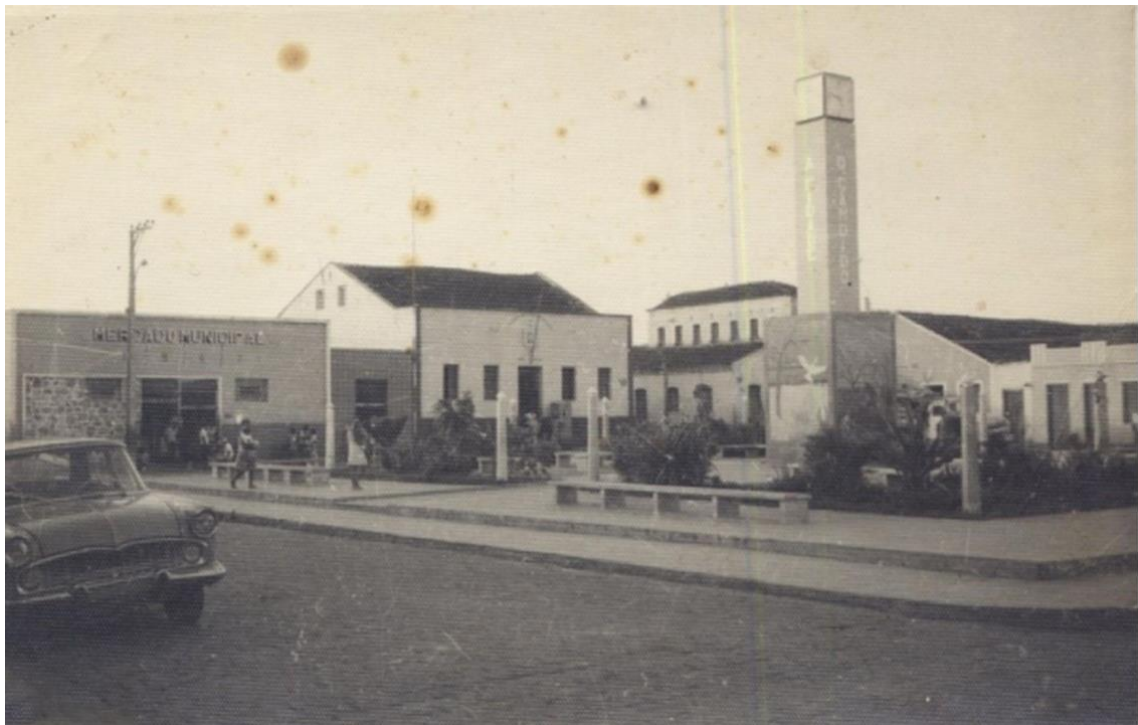


Figura 3. Praça do Relógio (1970). Fonte: www.saoraimundo.com.



Figura 4. Praça do relógio sendo reformada (1993). Fonte: www.portalosertao.com.



Figura 5. Praça do Relógio (2024). Fonte: www.portalosertao.com.

Além disso, é fundamental promover a revitalização das identidades culturais locais como forma de salvaguardar a memória e a identidade coletiva. Essa iniciativa busca garantir que os elementos que definem a

identidade de um povo não apenas persistam, mas também continuem a desempenhar um papel relevante na vida contemporânea, fortalecendo o senso de pertencimento e o orgulho da comunidade.

REFERÊNCIAS

- Abreu, R. (2007). Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. Em *Seminários temáticos: arte e cultura popular* (pp. 54-63). Rio de Janeiro: Museu Casa do Pontal.
- Alepi (2012). *Projeto de Lei Nº 79/12*. Declara o município de São Raimundo Nonato-PI como a “Capital da Arqueologia”.
- APL (2023). *Acadêmicos visitam local da primeira fazenda do Piauí*. Disponível em: <www.academiapiauiensedelettras.org.br>. [cons. 04 nov. 2024].
- Arantes, O., Vainer, C., & Maricato, E. (2000). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes.
- Archangelo, A. L., & Silva, R. H. T. (2023). Hospitalidade e turismo cultural: estudo de caso no bairro pelourinho, Salvador-BA. Em Moura, A. M., Alves, D. I., & Corrent, N. (orgs.). *Ciências sociais aplicadas: teoria, prática e metodologia*, (pp. 19-23). Ponta Grossa: Atena Editora.
- Arenas, I.V., & Sanoja, M. (1999). Archaeology as a social science in Latin America. Em Politis, G., & Alberti, B. (eds.). *Archaeology in Latin America*. New York: Routledge.
- Bate, L. F. (1982). Hacia la cuantificación de las fuerzas productivas. *Boletín de Antropología Americana*, 6, 17-24.
- Bate, L. F. (1992). Las sociedades cazadoras-recolectoras pre-tribales o el “Paleolítico Superior” visto desde Suramérica. *Boletín de Antropología Americana*, 25, 105-155.
- Benavides, O. H. (2011). Retornando à origem: arqueologia social como filosofia Latino-Americana. *Revista Terceiro Incluído*, 1(2), 164-192.
- Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. [cons. 30 abr. 2025].
- Brasil (2001). *Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1*. Brasília, DF, ano 138, n. 132, pp. 1-4. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. [cons. 30 abr. 2025].
- Bourdieu, P. (1990). *The Logic of practice*. Stanford: Stanford University Press.
- Chaves, M. (1998). O índio no solo piauiense. Em *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves.
- Funari, P. P. A. (2003). Arqueologia histórica e patrimônio cultural. Santos: Anna blume.
- Funari, P.P.A., & Bezerra, M. (2013). Arqueologia pública na América Latina. Em Machado, G., Souza F. C. A., & Steinbach, J. (orgs.). *Educação patrimonial e arqueologia pública: experiências e desafios*. Itajaí: Casa Aberta Editora.
- Frúgoli Jr. H. (2011). Esboços de uma trajetória: cidade, pesquisa, universidade. *Iluminuras*, 12(28), 18-40.
- Geuss, R. (1981). *A ideia de uma teoria crítica: Habermas e a Escola de Frankfurt*. São Paulo: Ed. da UNESP.
- González, A. (2010). Archaeology and social justice in Latin America. *Archaeologies*, 6(1), 30-55.
- Guidon, N. (1991). *Serra da Capivara: homem do Nordeste?* Petrópolis: Vozes.

- Guidon, N., & Delibrias, G. (1986). Carbon-14 dates point to man in the Americas 32,000 years ago. *Nature*, 321, 769-771.
- Guidon, N., Pessis, A. M., & Martin, G. (2009). Pesquisas arqueológicas na região do Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno (1998-2008). *Fundamentos*, 8, 1-61.
- Halbahws, M. (1968). *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos tribunais.
- Hodder, I. (ed.) (1982). *Symbolic and structural archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hodder, I. (1984). Archaeology in 1984. *Antiquity*, 58, 25-32.
- Hodder, I. (1985). Processual archaeology. Em Schiffer, M. B. (ed.). *Advances in archaeological method and theory*, vol. 8 (pp. 1-26). Orlando: Academic Press.
- Leone, M. (1988). The Georgian Order as the Order of Merchant Capitalism in Annapolis, Maryland. Em Leone, M., & Potter, B. (eds). *In the recovery of meaning: historical archaeology in the Eastern Unites States* (pp. 263-292). Washington D. C.: Smithsonian Institution Press.
- Lima, N. C. (org) (2020). *Páginas da História do Piauí colonial e provincial*. Teresina: EDUFPI.
- Lumbreras, L. (1981). *La arqueología como ciencia social*. Lima: Ediciones Histar.
- Monteiro, J. M. (1994). *Negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Neves, E. G. (2013). *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Nunes, O. (2007). *Pesquisa para a história do Piauí: Pré-história. Primeiros contatos com a terra. Primórdios da colonização e ausência de governo. Primeiros governos*. Teresina: FUNDAPI, Fundação Cultural Monsenhor Chaves.
- Oliveira, A. S. de N. (2007). *O povoamento Colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*. Dissertação (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Oliveira, R. (2010). *História indígena e do indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.
- Parenti, F. (2001). Le gisement quaternaire de Pedra Furada (Piauí, Brésil): stratigraphie, chronologie, évolution culturelle. Paris: Editions Recherche sur les Civilisations.
- Pollack, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, 2(3), 3-15.
- Renfrew, C. (1978). *Approaches to Social Archaeology*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Trigger, B. G. (2006). *A History of Archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Villalta, L. C. (2009). *História do Piauí: Do Período Colonial à Emancipação Política*. São Paulo: Editora Atlas.

